

**Seção: Resenhas****MULHERES E CRIME: PERSPETIVAS SOBRE INTERVENÇÃO,  
VIOLÊNCIA E RECLUSÃO. <sup>1</sup>****Vera Duarte<sup>2</sup>****Carla Cerqueira<sup>3</sup>**

*Mulheres e Crime: perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* é uma obra coletiva organizada pelas investigadoras portuguesas Sílvia Gomes e Rafaela Granja. O diálogo interno entre os sete textos que compõem este livro é marcado pela inter e multidisciplinaridade, as quais estão bem patentes nas abordagens teóricas escolhidas, na análise de objetos empíricos e nos contextos geográficos diferenciados, particularmente Portugal e Brasil. Contudo, é de ressaltar que estes artigos apresentam uma lente comum, a lente de gênero, sensível às vivências, experiências, necessidades, representações e narrativas de mulheres ofensoras. Não é somente um livro sobre mulheres e crime, pois traduz um olhar

crítico e reflexivo, com caráter científico e interventivo, que reflete bem a ideia de ciência socialmente comprometida com a mudança social (Neves e Nogueira, 2004).

Neste contexto, um dos maiores méritos desta obra é o de conferir visibilidade, através dessa leitura crítica, à “heterogeneidade de experiências femininas, ao mesmo tempo que analisa as convergências e divergências que as pautam” (p. 10). Ao dar espaço aos contextos em que as mulheres surgem como agressoras, este livro dá visibilidade também às dinâmicas sociais em que muitas delas continuam a ser vítimas. Neste sentido, esta obra contribui para uma superação conciliadora da dicotomia vitimação vs. agencialidade, mulher objeto vs. mulher sujeito, ao mostrar que os seus

<sup>1</sup> Sílvia Gomes e Rafaela Granja (orgs.), **MULHERES E CRIME: PERSPETIVAS SOBRE INTERVENÇÃO, VIOLÊNCIA E RECLUSÃO**, V.N. Famalicão, Húmus, 2015, 141 páginas.

<sup>2</sup> Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo UMinho (CICS.NOVA), Portugal.

<sup>3</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e Universidade Lusófona do Porto (ULP), Portugal.

percursos de vida são construídos pelas escolhas e pelas ações que as mulheres adotam dentro de um campo limitado de possibilidades e circunstâncias sociais, familiares, escolares e culturais, onde se cruzam múltiplas identidades: mulheres que são mães, esposas, filhas, imigrantes, estrangeiras, traficantes, reclusas, entre outras. O enfoque interseccional (McCall, 2005) é aqui sublinhado, uma vez que não se olha para as mulheres enquanto um grupo homogêneo e monolítico, mas atenta-se sobre as intersecções que originam posições e impactos diferentes nas trajetórias de vida e na experienciação de determinadas discriminações.

O fio condutor que liga os textos desta obra tem em si a capacidade de questionamento da “história única” (Adichie, 2009) que se escreveu, durante séculos, sobre esta relação entre mulheres e crime, particularmente sobre o envolvimento das mulheres no crime. Que “história única” é essa e de que forma é que esta obra nos ajuda a desconstruí-la?

A história da invisibilidade social, científica, estatística e mediática das mulheres no crime tem marcado o imaginário social, o que tem tido consequências quer no campo conceptual, quer no âmbito das práticas e da

intervenção social. Apesar de ser reconhecido que o género é uma das dimensões de diferenciação mais consistentes nos estudos crime (Machado, 2008), a investigação tem estudado predominantemente os mundos masculinos, reservando pouco atenção à etiologia, ao processamento judicial e à intervenção com mulheres ofensoras (Chesney-Lind, 1997; Zahn, 2009).

Este “não-fenómeno” (Bertrand, 1979) que foi a ausência das mulheres na cena da criminalidade oficial e os seus significados, começa a desocultar-se, em Portugal, no decorrer da década de 1980, consolidando, desde então, trabalhos sobre mulheres e lei (Beleza, 1993), mulheres nas prisões (Carmo e Fráguas, 1982; Cunha, 1994, 2002; Matos, 2008; Granja, Cunha e Machado, 2013), trajetórias criminais de mulheres estrangeiras e ciganas (Gomes, 2014; Matos, 2014), violências e delinquências juvenis femininas (Duarte-Fonseca, 2000; Duarte, 2012; Duarte e Carvalho, 2013; Duarte e Cunha, 2014).

É precisamente desta dimensão que se ocupa o primeiro texto, de Vera Duarte e Luísa Vieites-Rodrigues, que, a partir de uma discussão teórica sobre a importância do género na intervenção com

jovens delinquentes no sistema de justiça juvenil, mostra como estas respostas continuam a ser pensadas e organizadas para responder às necessidades dos rapazes. Propondo a necessidade de deslocar o ponto de partida de um olhar androcêntrico “para uma perspectiva que olhe para as especificidades dos problemas femininos, para as formas como elas constroem feminilidades na transgressão e como o risco e a experimentação surgem também como eixos estruturantes das suas ações” (p. 26).

Tradicionalmente vistas como vítimas, as mulheres invisibilizam-se como agressoras, e quando surgem na cena do crime a história constrói-se em torno de imagens estereotipadas, nomeadamente, com a passividade e a fraqueza femininas, que tornariam as mulheres mais vulneráveis à vitimação e à influência da figura masculina; com o facto de o crime perpetrado por mulheres ser visto como uma expressão de patologia ou de comportamentos moralmente e sexualmente sancionados; com a masculinização dos seus comportamento quando empreendem ações mais ativas e agressivas; ou com a imagem de vítimas passivas do risco. Estas imagens que reduzem as mulheres aos estereótipos

tradicionais são apresentadas, desconstruídas e discutidas de forma muito interessante neste livro.

Helena Grangeia, no seu texto sobre a genderização do *stalking*, faz-nos mergulhar criticamente nas representações heteronormativas presentes na construção deste fenómeno - o homem que persegue e a mulher que é vítima - e a consequente patologização da mulher quando ela surge como agressora (*stalker*), associando o comportamento a doença, obsessão ou loucura. A perigosidade do *stalking* masculino e a loucura do *stalking* feminino, reforça o duplo padrão sexual associado a este fenómeno, o que oferece pistas explicativas para o facto de o *stalking* “ser normalizado/ banalizado em determinados contextos, algumas vítimas não reconhecerem a experiência como forma de vitimação e as suas reivindicações não serem validadas socialmente” (p. 44).

O artigo de Lúcia Sena, que nos leva numa viagem pelas relações de género nos mercados da droga no Brasil, problematiza os limites da conceptualização linear da atividade ilícita feminina como subordinada às assimetrias de género. Ou seja, a forma como tradicionalmente as mulheres são vistas

nesta relação - como objetos e com uma posição subordinada devido à associação com os homens - desconsidera a existência de agência feminina, que tolde a possibilidade de olhar para a participação das mulheres nos mercados de droga também como uma atividade estratégica.

A perspectiva de Patrícia Nogueira assume-se como inovadora no seio da investigação acadêmica, uma vez que, através do seu filme documental “Três horas para amar”, nos apresenta uma alternativa aos caminhos dominantes na representação das mulheres no cinema, construindo um documentário sobre mulheres reais, que vivem o espaço e o tempo da reclusão.

Na desconstrução desta “história única”, estes textos mostram-nos a importância de “avançarmos para o entendimento da complexidade dos sentidos de uma participação das mulheres na criminalidade, que tanto afirmam sujeições quanto escolhas, em um universo de sentidos que delinea a participação, as inibições, as afirmações e os constrangimento” (p. 116).

Por fim, é de sublinhar que uma história marcada por visões unilaterais e homogêneas, que tende a deixar de lado as importantes relações entre as categorias

sócio-culturais e as identidades, onde jogam os conceitos de gênero, raça, etnicidade, sexualidade, classe ou nacionalidade, tem consequentes impactos na aplicação dos procedimentos judiciais, e na manutenção de situações de discriminação.

Alguns textos desta obra, particularmente os que trabalham a questão da reclusão de mulheres pertencentes a minorias étnicas e/ ou estrangeiras procuram superar esta univocidade da história, a qual continua a ser predominante, focando-se na forma como as conexões e desconexões existentes entre crime, gênero, etnia/nacionalidade e reclusão criam padrões específicos de vulnerabilidade, que se expressam, por exemplo na sobrerepresentação das mulheres pertencentes a minorias étnicas e estrangeiras no sistema prisional. Disso são exemplos o texto de Sílvia Gomes e Rafaela Granja sobre mulheres ciganas portuguesas reclusas, ou o artigo de Raquel Matos e Mariana Barbosa sobre a reclusão de estrangeiras em Portugal, ou mesmo os números considerados por Bruna Bumachar, falando das estrangeiras presas em São Paulo, Brasil. Outro exemplo é a expressividade do crime de

tráfico de drogas que emerge como uma estrutura de oportunidades ilegal relativamente acessível a estas mulheres, olhando às fragilidades sócio-econômicas, geográficas/territoriais e de exclusão social em que vivem.

Não menos importante nestas conexões e desconexões entre as diferentes pertencas sociais são as múltiplas formas de penalização de que estas mulheres são vítimas. A este respeito Raquel Matos e Mariana Barbosa mostram como no caso das estrangeiras, há a possibilidade de uma tripla penalização/discriminação destas mulheres por “transgredirem a lei e os papéis de gênero num país em que são cidadãs não nacionais” (p. 82). Bruna Brumachar, ao estudar a maternidade em contexto de reclusão, sublinha como os riscos legais, afetivos e psicológicos gerados pela reclusão na maternidade podem ser vistos como uma punição adicional para as mulheres, particularmente em casos de reclusão num país estrangeiros. Ou como documenta Patrícia Nogueira, as mulheres reclusas tendem a sentir-se responsáveis pelo sofrimento da família e falam sobre os laços familiares perdidos, sobretudo dos filhos.

Esta é apenas uma leitura de uma obra que nos compromete enquanto investigadoras/es, mas também enquanto cidadãs/ãos. Haverá certamente tantas leituras quantos as/os suas/seus leitoras/es. Mas todas elas devem considerar que ler *Mulheres e Crime* exige partir das relações de poder assimétricas que produzem a relação entre estes dois conceitos e que por ela são construídas. Falar do carácter genderizado da criminalidade é assumir a necessidade de reconhecer a natureza diferenciada das violências a que homens e mulheres estão sujeitos/as, como vítimas e como agressores/as, explicado por um contexto social, histórico e político legitimador e/ou banalizador dessas práticas. Por isso, é que nestes capítulos constatamos a necessidade de assumir um compromisso político de identificação e transformação das relações de gênero (Brinskell, 1998), o qual contribuirá para uma sociedade mais justa e inclusiva.

### **Referências Bibliográficas**

- Adichie, Chimamanda (2009), *O Perigo da História Única*. Nova York e Vancouver: TEDGlobal.
- Beleza, Teresa Pizarro (1993), *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra* (Dissertação de Doutorado)

em Direito). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.

Bertrand, Marie-Andrée (1979), *La femme et le crime*. Montréal: Les Éditions de l'Aurore

Brinskell, Heather (1998), "Feminist Methodology", in Clive Seale (org.) *Researching Society and Culture*. Londres: Sage Publications, 37-47.

Carmo, Isabel, & Fráguas, Fernanda (2002), *Putas de prisão*. Lisboa: D. Quixote.

Chesney-Lind, Meda (1997), *The Female Offender*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Cunha, Manuela (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajetórias*. Lisboa: Fim do Século.

Cunha, Manuela Ivone (1994), *Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Duarte-Fonseca, António (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra: Coimbra Editora.

Duarte, Vera (2012), *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. Famalicão: Edições Húmus.

Duarte, Vera, & Carvalho, Maria João Leote (2013), "(Entre) Olhares sobre delinquência no feminino", *Ex-Aequo*, 28, 31-44.

Duarte, Vera, & Cunha, Manuela Ivone (Orgs.) (2014), *Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Género e (in)visibilidades sociais*. Famalicão: Edições Húmus.

Gomes, Sílvia (2014), *Caminhos para a Prisão – uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Famalicão: Editora Húmus.

Granja, Rafaela, Cunha, Manuela Ivone, & Machado, Helena (2013), "Formas alternativas do exercício da parentalidade: paternidade e maternidade em contexto prisional", *Ex Aequo*, 28, 73-86.

Machado, Helena (2008), *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.

McCall, Leslie (2005), "The complexity of intersectionality", *Signs*, 30 (3), 1771-1800.

Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2004), "Metodologias feministas na Psicologia Social Crítica: A ciência ao serviço da mudança social", *Ex aequo*, 11, 123-138.

Zahn, Margareth (ed) (2009), *The delinquent girl*. EUA: Temple University Press.